TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.WNB-9358/2013**
PROCESSO	:	**N.º TC/04686/2012**
PROTOCOLO	:	**N.º 1312122**
ÓRGÃO	:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABOADO**
RESPONSÁVEL	:	**ANDRÉ ALVES FERREIRA**
CARGO DO RESPONSÁVEL	:	**PREFEITO**
ASSUNTO	:	**ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO**
RELATOR	:	**WALDIR NEVES BARBOSA**
INTERESSADO	:	**LOIRACY TABUAS CARRASCO ALCAZAZ**

Vistos, etc...

Trata o presente processo do **Ato de Admissão** da servidora **Loiracy Tabuas Carrasco Alcazas, CPF nº 366.223.111-53,** contratada com fulcro na Lei Autorizativa nº 1.104/2006, em decorrência do Contrato n° 80/2011, para provimento, em caráter temporário, de 12/09/2011 a 13/12/2011, na função de Professor, do Quadro Temporário da Prefeitura Municipal de Aparecida do Taboado, ora encaminhado para apreciação em atendimento ao disposto no artigo 21, III c/c 34, I, da Lei complementar nº 160/2012, por motivo de interesse público, com base no permissivo contido no inciso IX, artigo 37 da Constituição Federal.

A Inspetoria de Controle de Atos de Pessoal (ICAP), por meio da Análise Conclusiva **"ANC-ICAP-13985/2012"**, concluiu pelo Registro do presente Ato de Admissão. No mesmo sentido manifestou-se o Ministério Público de Contas, ao emitir o parecer **"PAR-MPE- GAB.4 DR. JOAOMJR/SUBSTITUTO-13738/2013".**

É o relatório.

Apreciando o Ato de Pessoal em epígrafe, de pronto nota-se que a instrução dos presentes autos ocorreu em conformidade com as exigências contidas no artigo 2º, V, da OTJ/ICAP/PRES. N° 02 de 17 de março de 2010.

Cabe informar que está apensado aos autos o processo TC-04709/2012, Termo Aditivo nº 01, que prorroga a vigência do presente contrato, e que o mesmo encontra-se dentro dos padrões de admissão por atender as normas regimentais e legais pertinentes à matéria.

Por fim, observa-se que a o contrato foi assinado em 12/09/2011, e a remessa eletrônica dos documentos que compõe estes autos ocorreu em 09/05/2012, portanto, **intempestivamente**, contrariando assim o prazo estabelecido no Anexo I, da OTJ/ICAP/PRES. nº 02, de 17 de março de 2010.

Sendo assim, feita tais considerações e analisada a documentação apresentada, verifica-se que os aspectos relativos ao Ato praticado atenderam as exigências legais e regimentais pertinentes, sendo **inegável a relevância social da presente Contratação para o cargo de Professor,** tendo em vista que tal regime só é utilizado em casos emergenciais, onde supri a necessidade de profissionais na instituição, já que não há servidores efetivos suficientes para atender a demanda, acolhe-se **excepcionalmente** a admissão temporária do cargo em questão.

Posto isso, e, ainda, subsidiado pela Análise Técnica e acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO:**

1 - Pelo **registro** do presente Ato de Admissão, da servidora **Loiracy Tabuas Carrasco Alcazas, CPF nº 366.223.111-53,** nos termos do artigo 21, III c/c 34, I da Lei Complementar nº 160/2012 e do artigo 329, I, do Regimento Interno deste Tribunal;

2 – Pela recomendação ao responsável, para que atente com maior rigor o prazo de envio dos documentos a esta Corte de Contas, constante no Capítulo II, Seção I, Item 1.3, letra a, da Instrução Normativa n° 35 de 14 de dezembro de 2011.

3 - Pela recomendação ao responsável, para que realize concurso público em tempo oportuno, por se tratar de cargo de caráter permanente, nos termos em que dispõe o art. 37, II da Constituição Federal.

É a decisão

Publique-se. Registre-se. Comunique-se.

Ao Cartório para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 22 de outubro de 2013.

Waldir Neves Barbosa
Conselheiro Relator

ESD/ltt